

Sodré: sem condições mais flexíveis o Brasil não pode pagar a dívida

por Maria Helena Tachinardi
de Washington

"O Brasil somente poderá saldar seus compromissos financeiros em condições dignas e razoáveis, se o pagamento da dívida não impedir o nosso desenvolvimento e empobrecer o nosso povo. Não podemos nos prender aos estritos aspectos técnicos do problema; devemos abordar sua essência política", declarou ontem o chanceler Roberto de Abreu Sodré na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O ministro ressaltou a importância do fortalecimento do multilateralismo que está em crise e, depois de citar iniciativas positivas que estão sendo tomadas na América Latina, como a criação do "grupo dos oito" e os acordos de integração entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, mencionou sua preocupação com a crise econômica da região.

"A dívida externa converteu-nos em exportadores líquidos de capital, quando dele mais precisamos para atendimento das necessidades básicas de nossos povos (...) a corresponsabilidade de devedores e credores é vital para que se encontrem respostas satisfatórias e equitativas. Repito, ao Brasil, como a qualquer outra nação em desenvolvimento, não se pode pedir o sacrifício de seu crescimento econômico e o conseqüente empobrecimento de seu povo. A dívida se sobrepõem os entraves de ordem comercial que limitam e impedem o acesso de nossos produtos aos mercados dos países desenvolvidos. Esses dois fenômenos perpetuam uma situação nociva e perigosa para todos", declarou o chanceler brasileiro.

Sodré mencionou a necessidade de os países-membros da OEA se uni-



Roberto de Abreu Sodré

rem em um esforço concentrado para assegurar à entidade os recursos necessários para que possa cumprir sua missão.

Sobre a questão do acesso da Bolívia ao mar, tema que será discutido durante a reunião dos 31 chanceleres do continente, o ministro lembrou que em junho passado, quando se reuniu o Conselho Permanente da organização, a delegação brasileira lamentou a interrupção das negociações boliviano-chilenas. "O Brasil confia em que o exame maduro desse item de nossa agenda contribuirá para encaminhá-lo de forma compatível com os princípios da solução pacífica e negociada das controvérsias e os do direito internacional, postulados cardeais da carta da organização."

O ministro também referiu-se ao processo de paz na América Central: "Aos povos centro-americanos, integrados ao movimento de progresso e democratização da América Latina, cabe assumir a responsabilidade direta na superação da crise, não por imposição ou pressões externas, mas pela sua própria vontade e perseverança".